

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº34 • MAIO/JUNHO • 2023

**AUMENTO DO SMN PARA 1200€ • REDUÇÃO DOS
HORÁRIOS PARA 30H • FIM DOS CONTRATOS PRECÁRIOS
• AUMENTO DAS PENSÕES**

**UNIR TODAS AS LUTAS NUMA
GREVE GERAL
JÁ!**



Contra a Austeridade unificar as lutas num

Enquanto em França continuam os protestos contra a reforma nas pensões e, de uma forma mais ampla, contra o Governo de Macron e o sistema capitalista (ver artigo “França: Conselho Constitucional desencadeia indignação popular. Abaixo Macron!” do presente número, contracapa), Portugal vive um clima de greves e de protestos com a participação de milhares de pessoas que já não vivíamos desde os anos da *troika*. As razões para estas ondas de protestos, a nível mundial, acabam por ter uma base comum: tornou-se incomportável a vida em capitalismo.

Não temos casas para viver, e as que temos não têm condições¹. A inflação para maximizar o lucro a curto prazo reduziu drasticamente o poder de compra da classe trabalhadora e dificulta cada vez mais a compra de produtos básicos como a alimentação (ler o artigo “Lucram à custa da nossa fome e miséria: contra a especulação nos alimentos, nacionalização dos supermercados sob o controlo dos trabalhadores!” do presente número, página 9). O SNS, uma das principais construções da classe trabalhadora na revolução de 1974, tem dificuldades em se manter à tona, e cada vez mais famílias são forçadas a usar seguros de saúde privados para ter acesso a cuidados de saúde² especializados, muito difíceis de aceder no sistema público. As condições de trabalho são tão precárias e tão insuficientes para a sobrevivência da nossa classe que toda uma nova geração começa a questionar o porquê de nos subjugarmos a este sistema — e com razão.

1. Ver último artigo sobre habitação “A habitação é um bem essencial! Expropriação de toda a propriedade devoluta já!”
2. Nos últimos 10 anos houve um aumento de 44% no recurso das famílias a seguros de saúde privados.

Como se não bastasse, a banca, endividada, ameaça desmoronar novamente, arrastando-nos para uma nova crise capitalista. A comunicação social burguesa, principalmente depois da queda do banco *Crédit Suisse*, não tardou em tranquilizar que não estamos perante mais uma crise como a de 2008, que a lição foi aprendida e as medidas impostas no período posterior estão a ser seguidas. E em parte têm razão, não estamos em 2008, estamos à beira de uma crise muito maior (refere-se o artigo “A crise financeira alastra-se por todo o mundo e vai levar-nos à ruína” do presente número, página 6).

A crise capitalista em Portugal

Ainda que o Governo PS se congratule com o peso das exportações no PIB — 49% segundo o Ministro da Economia — a verdade é que Portugal apresenta a quinta pior balança comercial da União Europeia. Fernando Medina pode apresentar os *powerpoints* que quiser: a economia portuguesa é muito frágil e fortemente dependente de factores externos.

De facto, o turismo compreende hoje, em conjunto com o imobiliário, cerca de 40% do PIB português e encontra-se, na sua grande maioria, nas mãos da Banca ou grandes multinacionais que controlam completamente o mercado. O turismo é um sector intensivo em mão-de-obra e que, apesar da precariedade e rotatividade dos empregos no sector³, tem conseguido contribuir para que a taxa de desemprego se mantenha baixa — dados que o Governo usa e abusa para mascarar a realidade. Mas nada disto

3. Ver o editorial do Nº 30 d’A Centelha “O governo Costa dá-nos propaganda e uma esmola perante a inflação galopante”.

é estável, antes pelo contrário.

Como já aconteceu na crise de 2008, os capitalistas vão explorar qualquer via existente para evitar o seu desastre económico iminente, sugando os recursos públicos até à medula e transferindo o peso da crise que eles próprios criaram para os ombros da classe trabalhadora. A quantidade de capital fictício é avassaladora, a tal ponto que as próprias instituições do capitalismo mundial não conseguem prever o real impacto da atual bolha especulativa. É impossível determinar exatamente quando é que estas bolhas especulativas irão rebentar em Portugal. Mas, tal como aconteceu em 2008, estas irão rebentar e com uma brutalidade inaudita para a nossa classe.

As mentiras do Governo Costa já não convencem ninguém

Principalmente depois do período pandémico o Governo PS tem tentado manter uma imagem progressista e competente. Quer dar a crer com as medidas que passa que os resultados positivos em indicadores como o crescimento económico e o desemprego são devido unicamente às suas políticas, quando são simplesmente consequências da posição de Portugal na economia mundial. Já os maus resultados, esses são culpa da inflação e da guerra na Ucrânia.

Além do plano para a habitação, apresentou recentemente um pacote de medidas que altera o código laboral, já na sua 23ª alteração desde 2009. Apesar das 150 alterações propostas, as melhorias reais para a classe trabalhadora são praticamente inexistentes. A medida que se pode dizer mais positiva é o alargamento para 24 dias de salário de compensação no caso de cessação de con-

tratos a termo. Muito aquém dos 30 dias a que tínhamos direito antes dos pacotes de austeridade do governo PSD-CDS. De resto, o pacote anuncia mais direitos para as actividades menos fiscalizadas, como entregadores de comida e trabalhadoras domésticas, mas não toca nos factores concretos que de facto dão melhores condições a estes e outros trabalhadores: maior salário, menor horário e regulado, fim dos contratos precários.

E aqui está o cerne da questão: apesar de Costa fugir da palavra austeridade é exatamente isso que temos vivido desde 2015. A condições de vida pioraram, todas as medidas implementadas desde a última crise não foram revertidas, os “aumentos” salariais foram engolidos pela inflação, trabalhamos mais horas do que há 20 anos, reformamo-nos mais tarde, temos mais instabilidade no trabalho, principalmente as novas gerações. Com a agravante agora do colapso dos serviços públicos. Na última década o Governo, a cada novo orçamento, promete um aumento do investimento público que nunca cumpre. Em 2022 prometia um crescimento de 38,1% quando na verdade só foi de 18%.

Com o avançar da crise capitalista, a progressiva perda de autoridade e credibilidade do Governo PS será uma inevitabilidade. A velocidade desse processo dependerá obviamente de vários factores. Por um lado, a grande burguesia não podia estar mais contente com António Costa: nunca houve tantos milionários nem tantos lucros como no último ano. A Banca, a Galp, a EDP, os hipermercados encheram os bolsos à custa do nosso sofrimento, faturando milhares de milhões de euros. Mas por outro lado, o programa inconsequente do Governo — veja-se a medida sobre o IVA cujo efeito sobre o preço dos alimentos é nulo — perante esta crise avassaladora abrirá as portas à direita e à extrema-direita, que têm vindo a crescer principalmente entre a pequena-burguesia e alguns sectores mais miseráveis da classe trabalhadora.

A esquerda reformista e a CGTP também tiveram o seu papel na manutenção dos alicerces do Governo. Não denunciaram quer durante a geringonça quer durante a pandemia a austeridade que se mantinha escolhendo, pelo contrário, manter a paz social e conter ao máximo qualquer indignação por parte da classe trabalhadora. Isto resultou numa perda de autoridade perante a classe trabalhadora que se refletiu nos resultados eleitorais, principalmente no caso do PCP. A esquerda reformista e a CGTP continuam ainda com a mesma escolha pela frente: continuar pela via da paz social e parlamentarista, ou ir para as ruas, organizando a nossa classe contra a austeridade e a crise capitalista.

Existe um factor extra que, se posto em marcha, é absolutamente determinante para nós, marxistas: a classe trabalhadora. Conforme estamos a ver em França, a força da



e a Crise Capitalista, a Greve Geral!

classe trabalhadora organizada e mobilizada aos milhões consegue mandar pelos ares a agenda política da burguesia, a aparente força da extrema-direita e redefinir o quotidiano político num par de semanas.

A luta de classes em Portugal acirra-se

E a classe trabalhadora de uma forma ou outra, com ou sem CGTP, PCP e BE, irá mexer-se e manifestar a sua raiva contra os seus opressores. Temos visto centenas de greves a nível local ou por sector, muitas destas partindo não das lideranças burocráticas, mas das bases dos sindicatos. Em Janeiro, o Ministério do Trabalho e a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público receberam 309 pré-avisos de greve, um número três vezes superior aos 91 recebidos em Janeiro de 2022. E mais se podem esperar nos próximos meses. Tal é a indignação geral que as greves têm agora uma aprovação de 87% da população!

Entre estas a luta dos trabalhadores da CP tem-se destacado. A CP estima chegar ao final deste ano com um efetivo total de 4351 trabalhadores, menos 1453 que os 5804 que empregava em 2009. Só na parte do transporte de passageiros deverão ser reduzidos 688 postos de trabalho. Isto num momento em que a procura de transportes públicos tem aumentado! Temos em particular a luta dos trabalhadores dos bares dos comboios de longo curso da CP, que eram operados por uma empresa privada, a Apeadei-

ro 2020, que deixou de pagar o salário aos seus trabalhadores há mais de três meses. Isto levou a uma greve que decorre há mais de um mês, estando desde então os trabalhadores acampados na estação de Sta. Apolónia, em Lisboa, em protesto. A CP tem de contratar direta e imediatamente estes e todos os trabalhadores de que necessita e livrar-se de uma vez destas empresas privadas que se vão revezando para fazer lucro rápido com as miseráveis condições de trabalho a que submetem os trabalhadores.

Também na TAP, na saúde e na educação vemos um aumento da combatividade. É verdade que mais recentemente a desmobilização promovida pelas burocracias sindicais fez com que os protestos dos professores tenham readquirido um carácter mais local, mas o mais provável é que o aumento dos protestos e greves, com cada vez mais pessoas a saírem à rua, volte a injetar energia nestes movimentos e que a pressão das bases ultrapasse novamente as burocracias sindicais.

Neste momento a CGTP vai deixando sair um pouco desta pressão que se tem vindo a acumular através de greves por sector ou local de trabalho. Mas, como mencionámos, em breve isto não será suficiente. A classe trabalhadora não se irá contentar com o mínimo permitido pela sua atual liderança. É urgente unir as dezenas de lutas em curso numa greve geral construída pela base que coloque em causa a política de miséria a que os capitalistas e o seu Gover-



no nos querem condenar.

Exigimos o fim dos contratos precários, horário semanal de 30h para todos, 1200€ de SMN e pensão mínima. Exigimos um investimento público massivo na saúde e educação. Exigimos a nacionalização sob controlo dos seus trabalhadores dos principais sectores da economia e das grandes empresas de energia, alimentação e distribuição para efetivar o controlo dos preços dos bens essenciais. Para financiar estas medidas é necessário ainda a nacionalização

da Banca com gestão democrática. Sabemos que estas medidas nos farão chocar de frente com toda a ordem capitalista instalada. Mas se essa ordem não nos serve então temos de a derrubar!

É a hora da organização e da luta!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!





TRABALHADORES IMIGRANTES

Só a luta organizada de toda a classe trabalhadora pode parar os abusos e a exploração!

João Gorizia
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

A morte de dois imigrantes hindustanis num incêndio no dia 4 de fevereiro voltou a colocar na ordem do dia as condições brutais e desumanas em que vivem e trabalham os imigrantes em Portugal. As vítimas foram incapazes de escapar às chamas devido à sobrelotação do rés-do-chão que partilhavam com outros 10 imigrantes na Mouraria, em Lisboa.

Esta tragédia é apenas mais uma num rol de casos de escravatura, homicídios e todo o tipo de abusos que os trabalhadores imigrantes e descendentes de imigrantes sofrem às mãos de um Estado racista e de um patronato sem qualquer tipo de escrúpulos.

O capitalismo português não sobrevive sem os trabalhadores imigrantes

Em muitos sectores — como na agricultura, na construção civil, no turismo, na restauração, na limpeza industrial, etc. — o débil e dependente capitalismo português necessita da superexploração da sua mão-de-obra para ser lucrativo. Por isso, as condições oferecidas pelos patrões destes sectores são de

verdadeira miséria com salários abaixo do mínimo, horários alargados, cargas de trabalho extenuantes e abusos constantes aos trabalhadores. Com estas condições, este trabalho é destinado à classe trabalhadora imigrante ou descendente de imigrantes que, empurrada pela necessidade e vulnerabilidade em que se encontra, não tem outra alternativa que não seja aceitar.

Vale a pena lembrar que este trabalho na semi-clandestinidade, sem contratos, sem protecção social e, nalguns casos, num regime de escravatura, só é possível com a conivência do Estado burguês. Através do seu aparelho repressivo — a polícia, os tribunais, a burocracia estatal — o Estado mantém determinadas camadas da classe trabalhadora imigrante e descendente de imigrantes numa situação de subemprego e desemprego cíclicos, de superexploração e mesmo de fome.

A esta necessidade de exploração da burguesia portuguesa vem juntar-se uma segunda, a de mão-de-obra, que se acentuou durante a última década com a emigração de centenas de milhares de trabalhadores autóctones para países da Europa central e do norte — segundo o Pordata, existem hoje menos 400 mil pessoas em idade ativa do que em 2008. Esta necessidade é de tal forma premente que algumas empresas foram

recrutar mão-de-obra a Cabo Verde e os patrões da hotelaria solicitaram ao Governo que se criassem “fluxos de importação de mão-de-obra” dos países da CPLP. O Governo PS naturalmente respondeu afirmativamente, facilitando a obtenção de vistos. Tudo indica que esta medida irá facilitar a circulação de trabalhadores imigrantes, no entanto sabemos que este pacote legislativo foi desenhado para dar resposta às necessidades da burguesia portuguesa e não porque o Governo PS de repente se começou a preocupar com os direitos dos trabalhadores imigrantes.

Os dados oficiais do SEF registaram, em 2022, 757.252 estrangeiros com residência, mais 58.365 (8,3%) do que em 2021 — mas este número poderá chegar aos 900 mil. No entanto, estes dados ficarão certamente aquém da realidade, já que muitos trabalhadores imigrantes — especialmente na agricultura — se encontram reféns dos patrões e das máfias, sem contrato de trabalho ou documentos.

Como atua o Estado com os imigrantes

Os trabalhadores imigrantes e descendentes de imigrantes são tratados pelo Estado como autênticos criminosos. São-lhes negados os direitos mais básicos: à protecção social,

à saúde, à educação, à habitação e até à nacionalidade portuguesa. Podem ser detidos em centros de instalação temporária do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sendo alvo de espancamentos arbitrários, tortura e mesmo assassinados, como no caso do brutal homicídio de Ihor Homenyuk.

O SEF era a instituição que, até agora, policiava as fronteiras e emitia os pedidos de autorização de residência. Os obstáculos burocráticos e a lentidão significavam esperas de meses e até anos para obter ou renovar a autorização de residência. Com estes prazos é comum os imigrantes voltarem a ficar em situação irregular devido à caducidade das autorizações de residência. No seguimento do homicídio de Ihor e devido à pressão popular, o SEF será extinto e as suas responsabilidades partilhadas entre as várias polícias e a Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo. Estima-se que haja 150 mil processos por regularizar que o Governo quer agora despachar numa mega-operação. Para os trabalhadores imigrantes esta alteração não representará nenhuma mudança para melhor, posto que o “material humano” que irá alimentar o novo organismo será o mesmo.

O aparelho repressivo do Estado, pejado de racistas e fascistas, é conscientemente mantido e reproduzido pela classe domi-

nante. O seu objetivo principal é controlar a classe trabalhadora e, por maioria de razão, a classe trabalhadora imigrante. A violência e abusos quase diários de agentes da polícia a imigrantes e descendentes de imigrantes continuam impunemente, sancionados por este mesmo Estado que nos dias de festa nos fala de “democracia”, “liberdade”, “igualdade” e “Estado de Direito”. A hipocrisia e conivência dos partidos do regime, da comunicação social e dos especialistas de serviço é total, lavando a cara aos fascistas e racistas que, uma e outra vez, atacam imigrantes e descendentes de imigrantes.

A situação dos trabalhadores imigrantes em Portugal é verdadeiramente dramática. Enganados pelas máfias, senhorios e patrões, deixados num limbo burocrático pelo SEF e pela Segurança Social e incapazes de alugar um quarto ou mesmo uma cama, multiplicam-se os casos de imigrantes a viver nas ruas das grandes cidades. Esta é uma situação com anos e conhecida quer do Estado central quer das autarquias, mas continuamente ignorada. A crise capitalista que se avizinha só tenderá a agravar esta situação.

As mulheres imigrantes ou trans sofrem ainda de um outro flagelo: a prostituição. As redes de tráfico humano enganam ou sequestram mesmo as imigrantes, aproveitando-se da sua situação indocumentada, forçando-as à prostituição. Além das máfias, as trabalhadoras imigrantes são também empurradas pelo sistema para a prostituição ao não serem capazes de arranjar trabalho.

E se o Estado burguês atua pontualmente é porque a situação é de tal forma escandalosa que poderá colocar em causa a paz social e, por consequência, a acumulação de capital. É nesta ótica que devem ser entendidas as investigações às redes de tráfico, ao homicídio do SEF ou aos patrões escravagistas. Com estas exceções à regra, o sistema pretende esconder aquele que é o seu *modus operandi* habitual.

A direita e a extrema-direita mostram os dentes

Na sequência do incêndio na Mouraria e das agressões xenófobas em Olhão, Carlos Moedas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e Luís Montenegro, o atual líder do PSD, aproveitaram imediatamente para criticar não a política de habitação selvagem que estes trabalhadores têm de enfrentar ou o racismo e xenofobia de que são alvo, mas a própria imigração. Moedas e Montenegro defenderam uma maior regulação da imigração o que, dito sem rodeios, significa na verdade maiores entraves e discriminação para os trabalhadores imigrantes. Também aqui a divisão de classe e racista é notória: se forem nómadas digitais ou acionistas de grandes empresas podem entrar à vontade. Montenegro defendeu mesmo que se devem procurar trabalhadores imigrantes entre “as comunidades que possam interagir melhor connosco, que se possam integrar melhor na nossa cultura, na nossa identidade”, deixando antever uma política de quotas baseada na origem dos imigrantes.

A diferença entre o discurso da direita tradicional e a extrema-direita — que agita constantemente as suas bases contra a imigração e os pobres — é unicamente na forma e no ritmo, representando diferentes sectores da classe dominante. A grande burguesia que, com os seus lucros milionários e a sua posição monopolista preza, acima de tudo, a paz social, continua apostada em moderar o discurso e manter uma certa ambiguidade.

Já outros sectores que beneficiam diretamente da mão-de-obra imigrante — agricultura, turismo e construção civil — estão a virar à extrema-direita e a exigir maior controlo sobre a imigração.

Na verdade, a direita e a extrema-direita não têm qualquer interesse económico em expulsar todos os imigrantes ou descendentes de imigrantes. A burguesia precisa destes trabalhadores. Este discurso pretende unicamente manter os trabalhadores imigrantes numa posição inferior à da restante classe. Consequentemente, não só se cria uma pressão de rebaixamento geral dos salários como ainda uma pressão de rebaixamento geral dos direitos laborais.

Mas mais além da retórica, nas medidas e ações concretas, quer a social-democracia quer a direita não diferem. Sete anos de Governo PS não alteraram em nada a situação dos trabalhadores imigrantes em Portugal. Se fizeram alguma coisa, foi precisamente aprofundar a exploração destes trabalhadores e continuar a negar-lhes os direitos mais básicos. E é precisamente esta política da União Europeia que deixa dezenas de milhares de imigrantes morrerem afogados no Mediterrâneo ou que os criminaliza e deporta em massa que, por essa Europa, tem aberto a porta à direita e extrema-direita mais rançosa e reacionária.

Se são os partidos da burguesia — quer sejam de direita quer sejam social-democratas — quem aplica de facto as políticas anti-imigração, a esquerda reformista é incapaz de ultrapassar o papel de eterno coro de indignados e oferecer qualquer solução ou alternativa credível aos problemas enfrentados pelos trabalhadores imigrantes e descendentes de imigrantes. Também a burocracia sindical, mais preocupada em manter os seus lugarzinhos e privilégios, não está inte-

ressada em organizar as parcelas mais oprimidas da classe trabalhadora.

Perante a superexploração de imigrantes, as soluções propostas pela esquerda reformista nunca envolvem a construção de organismos de luta dos trabalhadores imigrantes ou a mobilização massiva dos oprimidos. Ficam-se por discursos e propostas no parlamento, prontamente chumbadas e ignoradas, ou queixas à Autoridade para as Condições no Trabalho e ao Ministério Público. No caso do PCP, a sua defesa dos órgãos repressivos do Estado e as declarações dos seus dirigentes de que não há racismo em Portugal são uma cedência perigosíssima às camadas mais atrasadas da classe trabalhadora e uma porta aberta para as ideias reacionárias da extrema-direita entrarem.

Os trabalhadores imigrantes são nossos irmãos de classe

A regularização de todos os trabalhadores imigrantes e dos descendentes de imigrantes e a conquista de direitos democráticos e económicos é uma impossibilidade dentro do capitalismo português. Estas reivindicações só poderão ser alcançadas na sua totalidade com uma política revolucionária e uma luta de massas forte e determinada.

A Esquerda Revolucionária defende a regularização imediata de todos os trabalhadores imigrantes e descendentes de imigrantes — quem nasce em Portugal é português! Fim da criminalização e perseguição aos trabalhadores imigrantes: saneamento de todos os racistas e fascistas das polícias e tribunais. Para combater o poder das máfias defendemos que todos os trabalhadores imigrantes devem ter um contrato de trabalho e que qualquer patrão que utilize trabalho escravo ou semi-escravo seja expropriado sem qualquer indemnização e que a

empresa e terras sejam nacionalizadas sob controlo democrático. Para impedir mais tragédias em habitações sobrelotadas defendemos igualmente a expropriação dos fundos imobiliários e a entrega de apartamentos dignos a toda a classe trabalhadora.

A luta dos trabalhadores imigrantes e não-imigrantes pela subida dos salários, pelo direito à habitação, à educação e à saúde é uma só. Independentemente da nossa origem, as nossas necessidades enquanto classe são as mesmas e as nossas armas também. O movimento dos trabalhadores deve fazer um esforço consciente por organizar estas camadas da classe trabalhadora e integrá-las nas mesmas lutas, fortalecendo os laços de classe ao mesmo tempo que se luta contra o racismo e xenofobia que também existe entre os trabalhadores não-imigrantes.

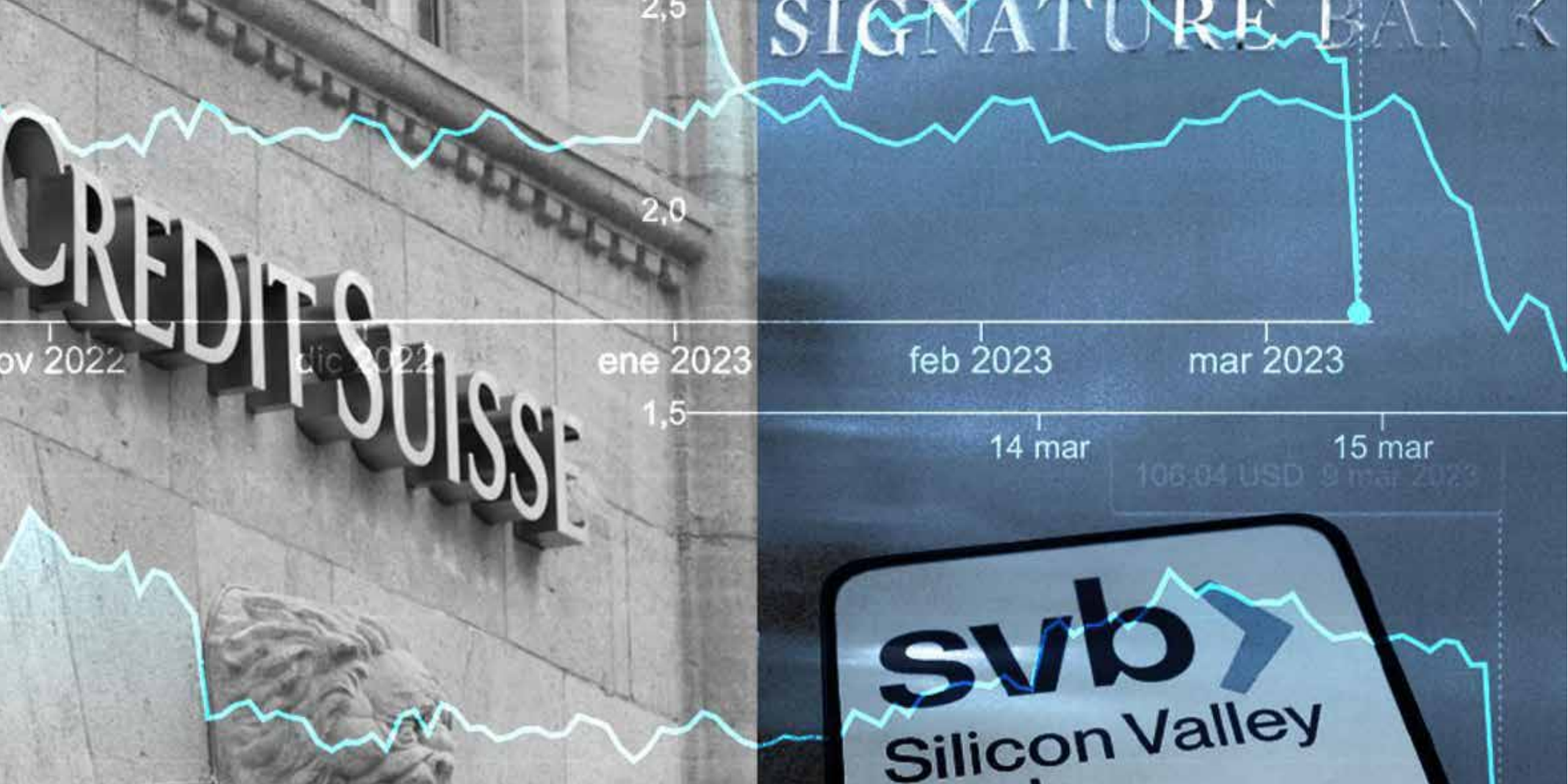
O Socialismo é um sistema sem qualquer tipo de opressão, no qual trabalhadores de todos os géneros, origens e etnias serão finalmente livres e terão uma vida digna. Para o alcançar é necessário o contributo de toda a classe trabalhadora e oprimidos. Como dizia Marx: “Proletários de todos os países, uni-vos!”

Regularização imediata de todos os imigrantes e descendentes de imigrantes!

Os imigrantes são nossos irmãos de classe: pelo internacionalismo proletário!

Por uma esquerda combativa, anti-racista e anti-fascista!





A CRISE FINANCEIRA ALASTRA-SE POR TODO O MUNDO E VAI LEVAR-NOS À RUÍNA

Esquerda Revolucionária Internacional

A revolução reentra em cena!

15 anos após a explosão do *subprime* e o subsequente colapso do sistema financeiro global, estamos perante outra catástrofe que ameaça mergulhar o capitalismo num caos ainda pior.

E, mais uma vez, os bancos centrais, os governos, os analistas económicos e os meios de comunicação social apelam desesperadamente à calma, afirmando que a situação não é igual a 2008. E têm razão, não é, é infinitamente pior!

Naquela altura, após a falência do Lehman Brothers e à beira da mais grave recessão global desde 1929, repetiram *ad nauseam* que tinham aprendido a lição, de que iriam refrear a ganância dos banqueiros e aprovar regulamentos rigorosos para evitar bolhas especulativas descontroladas. Asseguraram-nos que garantiriam a solvência e a estabilidade dos bancos e instituições afetados. A mensagem foi retumbantemente replicada por todo o lado, para justificar o resgate do grande capital financeiro com biliões de dólares e euros de dinheiro público, enquanto planos draconianos de ajuste e austeridade selvagem foram impostos contra a classe trabalhadora e os gastos sociais. Foi uma socialização das perdas e privatização dos lucros sem precedentes.

Mas toda a propaganda que nos venderam era mentira. E que mentira! Como se está agora a comprovar, nada mudou, pelo contrário! Todos os elementos que causaram a crise financeira se multiplicaram exponencialmente gerando uma montanha especulativa de capital fictício como nunca se conheceu na história. Uma montanha que, como era inevitá-

vel, começa a rachar e ameaça arrasar tudo. Sob o capitalismo imperialista, na sua etapa de decrepitude, é necessariamente assim.

Não são umas maçãs podres, é todo o sistema financeiro!

Depois de uma maratona de reuniões durante o fim-de-semana para salvar o Credit Suisse da falência total, e depois de outro gigante bancário suíço, o UBS, concordar em comprá-lo, a situação continua crítica. Na segunda-feira, 20 de março, o Credit Suisse afundava 60% na bolsa e o UBS registava uma queda próxima de 10%.

A situação é tão grave que a Reserva Federal (FED), o Banco Central Europeu e os bancos centrais do Reino Unido, Japão e Canadá acordaram numa nova injeção ilimitada de liquidez durante sete dias para voltar a salvar o capital financeiro. Mas os desequilíbrios chegaram tão longe que não é claro que seja o suficiente para estancar a hemorragia.

No mês de março três bancos estado-unienses faliram e não serão os últimos. A falência mais significativa foi a do Silicon Valley Bank, com “ativos” no valor de mais de 200.000 milhões de dólares, a maior desde 2008, e uma das maiores da história dos EUA. Mas a onda de choque já está a afectar muitas outras entidades, nomeadamente o First Republic Bank que, apesar de ter recebido um resgate de 30.000 milhões de dólares, continua a afundar-se, ou o gigante Credit Suisse.

Após o surto de pânico, o presidente Biden, como fez Bush em 2008 ou Herbert Hoover em 1929, apareceu perante a imprensa para garantir que a situação estava sob controlo: “O sistema bancário é sólido. Os vossos

depósitos estão seguros.”¹ Mas a verdade é que esta conferência de imprensa, organizada à pressa, veio colocar em cima da mesa exatamente o contrário. Como alguns analistas estão a reconhecer, o problema fundamental é que a espiral especulativa, que criou uma montanha de dívida impagável e uma bolha financeira colossal, é de tal magnitude que as dimensões do problema não são realmente conhecidas. Isto é claramente explicado por Manel Pérez, vice-diretor de *La Vanguardia* e jornalista económico, que está muito longe de ser marxista:

“Dois episódios desconectados um do outro, o do banco californiano e o do gigante de Zurique, mas que provocam o mesmo sentimento nos investidores, desconfiança: banca e finanças não são o que dizem, nem são o que parecem. Ao não saberem, nem os banqueiros centrais sabem, ao certo, como são as entranhas dos gigantes bancários e, acima de tudo, o que se esconde por detrás da sua longa sombra de atividades que não aparecem nos seus balanços públicos. São mais de 230 biliões, três vezes o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, que praticamente se movem sem controlo de governos ou reguladores. E a festa já está servida nos mercados, vendas de ações bancárias sem discriminação. Quem será arrastado pela crise do Credit Suisse?”

A banca global continua a agir da mesma forma, especulando com o dinheiro barato e colocando as suas bombas financeiras com retardadores por trás de qualquer atividade especulativa suscetível de oferecer rendimentos elevados. Depois de uma década com taxas de juro negativas, a montanha especulativa atingiu dimensões colossais. Mas nin-

guém, incluindo os grandes banqueiros centrais, é capaz de saber para onde desliza esta serpente de dívidas em cadeia, cujo destino final tem sido a orgia do esquema em pirâmide das criptomoedas, ou a atividade imobiliária em centros comerciais que levou ao colapso de um fundo Blackstone; ou o LDI (*liability-driven investing*), que derrubou os fundos de pensões privados do Reino Unido, obrigando o Banco de Inglaterra a organizar o seu resgate com um plano de emergência”.

Não se trata, portanto, de algumas maçãs podres, mas do sistema no seu conjunto. O próprio governo dos EUA, através do presidente da Federal Deposit Insurance Corporation,² reconheceu-o a 6 de março, poucos dias antes da falência do Silicon Valley Bank: “...A maioria dos bancos tem alguma quantidade de perdas não realizadas em títulos. O total destas perdas não realizadas, incluindo disponíveis para venda ou mantidas até o vencimento, era de aproximadamente 620.000 milhões de dólares no final de 2022”. Ou seja, nos balanços dos bancos estado-unienses há, pelo menos, 620.000 milhões de dólares em perdas que ainda não surgiram.

A situação é tão crítica que todos eles correram em massa à Federal Reserve (FED) para pedir 164.800 milhões de dólares. Um valor que supera o recorde histórico anterior de 111.000 milhões de dólares, solicitado nos piores momentos da crise financeira de 2008. A este montante astronómico há que acrescentar-se os 142.800 milhões de dólares que a Federal Deposit Insurance Corporation forneceu aos bancos que assumiram os depósitos dos bancos falidos. Ou seja, uma injeção de liquidez de 300.000 milhões de dólares em apenas uma semana. Sem dúvida está tu-

1. NdT: Em julho de 2014, o ex-Presidente da República Cavaco Silva garantia que os “Portugueses podem confiar no Banco Espírito Santo”, semanas antes do seu colapso.

2. Agência federal dos Estados Unidos formada como consequência da Grande Depressão de 1929, e que é responsável por garantir os depósitos bancários.

do em ordem, mas como sempre para o benefício exclusivo dos plutocratas financeiros.

Embora a contundência dos factos e dos dados seja inapelável, a máquina de propaganda volta a espalhar as mesmas mentiras para tentar evitar o pânico, salientando que o sistema financeiro internacional tem liquidez, que não haverá uma crise como em 2008 e que os bancos centrais dispõem de inúmeras ferramentas para lidar com a situação.

Uma campanha de distração a que se juntaram líderes da esquerda, como Bernie Sanders, ou economistas keynesianos como Paul Krugman ou Eduardo Garzón,³ atribuindo as culpas desta situação exclusivamente a Trump, por ter relaxado as regras de controlo financeiro aprovadas por Obama, ou por tentar explicar estas falências como um problema tipicamente estado-unidense, alheio à banca europeia, supostamente muito saudável e perfeitamente equilibrada. Análises pobres que procuram absolver o próprio sistema da orgia especulativa, insistindo que é possível um capitalismo de rosto humano.

A realidade supera sempre a ficção e os acontecimentos não dão tréguas. Dias depois do colapso do Silicon Valley Bank, foi a vez de um dos maiores e mais antigos bancos europeus, o Credit Suisse, que está entre os trinta bancos sistémicos do mundo (“too big to fail”). Com ativos no final de 2022 de 574.000 milhões de dólares (ao nível do Lehman Brothers), a situação do banco era tão grave que nem mesmo o resgate de 50.000 milhões de dólares proposto pelo Banco Central suíço conseguiu evitar o risco de falência.

Apesar dos apelos à calma por parte do Banco Central Europeu, indicando que não vê risco de contágio, no momento em que escrevemos esta declaração os grandes bancos europeus já deixaram 50.000 milhões de euros na bolsa⁴. Fingir que a falência de um banco sistémico como o Credit Suisse não

3. NdT: Eduardo Garzón é irmão de Alberto Garzón, dirigente da Izquierda Unida e Ministro do Consumo no atual governo espanhol PSOE-Unidas Podemos.

4. NdT: após a publicação deste artigo, as ações do colosso Deutsch Bank caíram 15%.

vai ter consequências para o resto da banca europeia é tomar-nos por imbecis. Foi por isso que lançaram uma desesperada operação de resgate este fim-de-semana através do outro grande banco suíço, resgatado em 2008, o UBS.

Crise de sobreprodução e especulação financeira

Para compreender a natureza da crise financeira e, portanto, da crise capitalista, é necessário enfrentar toda a propaganda ideológica que tenta atirar areia para os olhos da classe trabalhadora. E, para isso, a primeira coisa é compreender que o capitalismo, na sua fase atual, na sua fase imperialista de decadência, adquire um carácter cada vez mais parasitário e reacionário, fruto do domínio absoluto do capital financeiro e dos grandes monopólios, que convertem, nas palavras de Trotsky, “os acionistas em parasitas sociais”⁵.

Todas as medidas adotadas pelos Bancos Centrais e Governos, na esteira da crise de 2008, potenciaram esse mesmo capitalismo de casino que diziam combater, especialmente nos EUA e na Europa, impulsionando ainda mais a especulação financeira e criando novas e monstruosas bolhas com dívida pública, criptomoedas, imobiliário ou qualquer outro aspeto que traga lucros rápidos de curto prazo, e, se possível, evitar passar pelo sistema produtivo.

Mas a raiz da crise não está apenas na esfera financeira, mas sobretudo na economia real e produtiva. Como Marx e Engels explicaram no Manifesto Comunista⁶, o capitalismo está condenado a sofrer crises periódicas

5. Leon Trotsky, *Fundamentos de economía marxista*, Fundación Federico Engels, 2019, p. 48.

6. “Nestas crises, uma epidemia social que, em qualquer época anterior, teria parecido uma absurdez: a epidemia de sobreprodução. A sociedade encontra-se subitamente recuada a um estado de barbarismo momentâneo: dir-se-ia que uma fome ou uma guerra de devastação universal a privaram de todos os meios de subsistência. A indústria e o comércio parecem aniquilados. E porquê? Porque há demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio.” (K. Marx e F. Engels, *O Manifesto Comunista*, FFE, p. 17).



de sobreprodução. As forças produtivas sofrem com o peso morto da propriedade privada dos meios de produção e com o espartilho do Estado-nação e, num determinado momento, vêem-se incapazes de avançar, entram em crise, estagnam e recuam e, consequentemente, as condições de vida das massas colapsam irremediavelmente. Mas isso não acontece porque não há abundância suficiente de recursos, porque há falta de alimentos ou bens, ou porque nos falta tecnologia e conquistas científicas para acabar com os flagelos que afetam a maioria da humanidade. Pelo contrário, existem em demasia, e é por isso que a crise de sobreprodução emerge de forma virulenta.

Nos últimos anos, como temos vindo a explicar, registam-se records de colheitas, incluindo a de trigo, tendo sido a de 2022 a maior da história. E em todos os sectores estratégicos os elevados e históricos lucros dos monopólios não se devem a qualquer tipo de escassez, mas à especulação concertada pelos grandes fundos de investimento que dominam os principais ramos industriais do mundo: na energia, petróleo e gás; matérias-primas, aço, alumínio ou carvão; na indústria automóvel ou no sector alimentar.

E as medidas que estão a ser tomadas pelas diferentes potências imperialistas na sua luta pela hegemonia mundial só agravam a crise de sobreprodução, da especulação e da espiral inflacionista. Um bom exemplo encontra-se na indústria de semicondutores, com projetos de aumento exponencial da sua produção por parte da China, dos EUA e da Europa, na sua luta para garantir esta matéria-prima fundamental para grande parte da indústria. A mesma história repete-se em todos os sectores.

A forma que têm os capitalistas de ultrapassarem os limites que lhes são impostos pela crise de sobreprodução é recorrer ao crédito, à dívida, à especulação, mas fazem-no a tal ponto que criam as condições objetivas para “crises mais extensas e destrutivas, e diminuindo os meios para preveni-las”⁷. O capitalismo funciona com o fim de maximizar o lucro corporativo a curto prazo, e quando

os capitalistas recebem lucros insuficientes no processo produtivo, procuram-nos na especulação do mercado de ações e no negócio da dívida. Foi assim que o capital especulativo e fictício introduzido nas engrenagens do mecanismo económico subiu até um grau gigantesco. Um peso morto que, mais cedo ou mais tarde, arrasta toda a economia e a sociedade para o abismo, apesar de existir riqueza material de sobra para o evitar.

Estas leis inerentes ao sistema capitalista, explicadas uma e outra vez pelo marxismo, são as que conduziram os capitalistas, os bancos centrais e os governos ocidentais a um verdadeiro beco sem saída. Os debates sobre a subida, ou não, das taxas de juro ignoram o ponto essencial, de que estamos perante uma crise de sobreprodução não resolvida, constantemente exacerbada pela existência de dois grandes blocos imperialistas, que claramente arrasta os EUA para uma posição de decadência imparável.

Tudo isto não pode ser camuflado com truques contabilísticos ou imprimindo dinheiro em grandes quantidades, aumentando ainda mais a imensa massa de capital fictício. Não têm saída. Qualquer decisão que tomem será negativa.

A espiral inflacionista que não cessa, e que representa um cancro agressivo que ameaça metastizar-se, é precisamente consequência destas políticas de dinheiro barato, mesmo gratuito, e das constantes e copiosas injeções de liquidez a favor dos bancos e das grandes empresas, muitas delas falidas na prática.

Isto foi apontado por Larry Fink, presidente do BlackRock, o maior fundo de investimento do mundo: “Anos de cortes nas taxas de juros levaram os gestores de ativos a aumentar a sua exposição a investimentos ilíquidos (ou seja, puramente fictícios e especulativos), sacrificando alguma liquidez em troca de retornos mais altos”. Ou seja, usavam o dinheiro vivo dos depositantes e o concedido pelos Bancos Centrais e Governos, dinheiro público dos contribuintes, para encher os bolsos. Afinal, que importa, se o Estado capitalista estará sempre lá para resgatá-los?

7. K. Marx e F. Engels, *O Manifesto Comunista*, Fundación Friedrich Engels, p. 17.

A atual crise financeira ocorre num con-



texto ainda mais difícil do que em 2008, com uma situação de estagflação na Europa e nos EUA. Este facto foi assinalado, no início do ano, pelas principais instituições financeiras internacionais. Neste contexto recessivo, um colapso financeiro conduziria a uma dura recessão ou a uma profunda depressão económica.

A luta imperialista pela hegemonia

Para acrescentar mais incerteza, o contexto internacional é extremamente crítico, no meio de uma feroz guerra imperialista na Ucrânia que mostra a luta selvagem entre as grandes potências e blocos pela hegemonia mundial.

Na crise de 2008, tanto os EUA como a Europa saudavam a ascensão da China, considerando-a um fator decisivo para escapar do colapso global. Não estavam errados: o poder económico da China salvou o capitalismo ocidental do colapso. O problema agora é que esse fator se converteu no seu contrário.

Como Lenine explicou, a luta entre as potências imperialistas pelo controlo dos mercados, rotas comerciais e cadeias de abastecimento alimenta a crise capitalista a uma escala muito maior. As potências procuram exportar a sua crise, erguer barreiras alfandegárias e medidas protecionistas, e recorrem à guerra e ao nacionalismo económico na sua luta por maiores lucros e influência. Desde 2008 que este processo tem vindo a ser alimentado, aprofundando o declínio do imperialismo estado-unidense e europeu, e gerando uma nova correlação de forças em todo o mundo a favor da China, que se tornou ainda mais evidente desde a pandemia.

O melhor exemplo deste desenvolvimento não é apenas a superioridade económica da China em numerosos domínios em relação aos EUA, mas também o papel que desempenha na política mundial. O recente acordo entre o Irão e a Arábia Saudita, inimigos irreconciliáveis até há bem pouco tempo, patrocinado pela China, é um golpe devastador para a diplomacia estado-unidense e coloca em cima da mesa a sua marginalização no Médio Oriente. A mesma dinâmica repete-se em África, na América Latina

ou no Pacífico.

A guerra na Ucrânia foi mais uma demonstração clara desta mudança na correlação de forças e do declínio irremediável da Europa e dos EUA. A incapacidade em isolar a Rússia e o fracasso das sanções só podem ser explicados pela existência de um bloco cada vez mais poderoso liderado pela China, que entre outras coisas garantiu sem problemas o funcionamento da economia russa, que este ano voltará à trajetória de crescimento. Agora, para mais, a China também se estabelece como mediador para conseguir uma solução negociada para a guerra na Ucrânia, o que seria um golpe mortal para o imperialismo estado-unidense.

Neste quadro específico, a questão que se coloca é: que efeitos terá uma nova crise financeira nas relações internacionais? Obviamente, a China e a sua economia também não podem escapar às contradições que o sistema capitalista atravessa. O aumento exponencial da sua dívida e as tendências especulativas demonstram-no. Mas é evidente que enfrenta esta crise numa posição de superioridade, com um forte músculo económico assente num sistema produtivo poderoso e dinâmico, e tendo-se tornado o maior exportador e credor do planeta.

Uma nova crise financeira atingirá muito duramente um Ocidente que já tem problemas. É inevitável um aumento ainda maior das tensões entre potências e blocos, com um imperialismo estado-unidense cada vez mais agressivo que resistirá com unhas e dentes a ser ultrapassado.

Um colapso que prepara a revolução

Mas o aspeto central para os marxistas revolucionários é o efeito desta nova crise financeira na luta de classes. A memória da crise de 2008 e as suas duras consequências para os trabalhadores e os oprimidos ainda estão muito presentes, razão pela qual os governos se esforçam por esconder a verdade.

As tentativas de disfarçar este resgate bancário com dinheiro público, afirmando que os bancos privados vão gastar 30.000 milhões

para salvar o First Republic Bank, depois de receberem 300.000 milhões! ou apontar, como Biden fez, que a lei será modificada para que os gestores devolvam o que tomaram e sejam desqualificados não passam, como em 2008, de conversa da treta. Uma tentativa de conter a enorme raiva social contra um novo roubo em benefício destes parasitas bilionários.

A realidade é que o governo dos EUA permitiu aos gestores do Silicon Valley Bank terem rédea solta para fazerem o que quisessem até o próprio dia da intervenção. O Diretor Executivo do banco vendeu 11% de suas ações dias antes, por US\$ 3 milhões, e consultores financeiros e de marketing venderam 32% e 28% de suas ações, respectivamente. Tudo seguindo a mais estrita legalidade e sob o olhar atento dos supervisores.

Sim, houve um resgate, um resgate para os ricos e para as grandes empresas, ao garantir, com dinheiro público, as contas com depósitos superiores a 250.000 euros que não estavam garantidos pelo Governo, e que representavam 96% do total, maioritariamente nas mãos das empresas tecnológicas. E no caso da Europa “modelo”, com o Credit Suisse, foi ainda pior, sem disfarce, com um resgate total, que agora tentam encobrir com a compra do banco pelo UBS por apenas 3040 milhões de euros. Claro, garantindo ao comprador uma linha de liquidez pelo Banco Central Suíço de 100.000 milhões de dólares. Assim, qualquer um compra um banco!

Aqui se vê a cru o papel do Estado capitalista. Enquanto exige sacrifícios e cortes à maioria da população, como fizeram e fazem com a maior dureza na Grã-Bretanha, França, Grécia ou em Portugal, não hesitam em mobilizar todos os recursos necessários para salvar os lucros do grande capital financeiro.

E isto demonstra a bancarrota dos reformistas e da nova esquerda quando, fechando os olhos ao que está a acontecer, continuam a insistir na ideia de que será através deste mesmo Estado capitalista que seremos capazes de corrigir as desigualdades e acabar com a pobreza.

A experiência não passa pela classe trabalhadora em vão. Vemo-lo agora com total clareza em França, com uma explosão revolucionária contra a reforma das pensões que está a colocar não só Macron, mas todo o capitalismo francês contra a parede. Daí o verdadeiro terror que varre a classe dominante por estes dias, consciente de que, se houver um colapso financeiro, e for pedir novamente duros sacrifícios à população pode desencadear processos revolucionários na Europa, nos EUA e no resto do mundo.

Os acontecimentos voltam a desmentir todos aqueles que tentam vender os benefícios do sistema, e especialmente aqueles que, desde a esquerda, renegam a revolução socialista e uma verdadeira e profunda transformação social. O capitalismo de rosto humano não é possível! O capitalismo é exploração, miséria, opressão sem fim para a maioria e, ao mesmo tempo, riqueza obscena e privilégios para uma ínfima minoria de parasitas que se apropriam da enorme riqueza que criamos e geramos nós trabalhadoras e trabalhadores.

A crise financeira demonstra que isto nunca muda, e que os discursos dessa esquerda do sistema apontando que estamos perante um novo paradigma económico e que se impuseram limites aos capitalistas, são pura verborreia para encobrir que o capitalismo continua a ser igualmente especulativo e selvagem.

Não existe uma terceira via. Ou avançamos com o programa da revolução socialista internacional, exigindo a nacionalização da banca e dos grandes monopólios sob o controlo democrático e gestão dos trabalhadores, ou continuaremos a ser dominados pela ditadura do capital financeiro, aceitando todas as suas consequências.

É tempo de derrubar a sacrossanta propriedade capitalista!

É hora de expropriar os expropriadores!

Junta-te à Esquerda Revolucionária Internacional!



LUCRAM À CUSTA DA NOSSA FOME E MISÉRIA:

Contra a especulação nos alimentos, nacionalização dos supermercados sob o controlo dos trabalhadores!

Bruno Penha
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

Os preços dos alimentos em Portugal têm aumentado de forma absurda. No espaço de um ano, entre Março de 2022 e de 2023, o cabaz alimentar passou de 183€ para 235€, uma subida de mais de 50€, ou 28%¹. A alimentação tornou-se aquilo que as famílias de classe trabalhadora, com salários de miséria, passaram a ter mais dificuldades em pagar — seis em cada dez famílias têm dificuldades em comprar proteína, como carne ou peixe, e metade em adquirir massas, arroz ou iogurtes. Há uma quebra de 2,3% nas despesas com alimentos, a maior desde que há registo, ultrapassando até a do tempo da Troika. Os pedidos de ajuda ao Banco Alimentar contra a Fome não param de aumentar, sendo já mais de 400.000 mil as famílias a recorrer ao seu apoio. Temos de recuar até à ditadura fascista para encontrarmos níveis de fome comparáveis em Portugal.

Um punhado de empresas controlam a distribuição e ficam com a fatia de leão dos lucros

Mas a que se deve este aumento brutal de preços? Em Portugal as centenas de produtores continuam a vender relativamente barato, muito graças a subsídios do Estado e à sobreexploração de mão-de-obra muitas vezes imigrante e em regime de escravidão. A guerra na Ucrânia, usada frequentemente como desculpa, não teve um impacto tão grande na produção alimentar como se quer fazer crer. Continua a ser produzida comida suficiente para alimentar mais de 10.000 milhões de pessoas. O problema está na distribuição desigual e na especulação pelos monopólios capitalistas. Na fase superior do capitalismo, o imperialismo, a concentração de capital destronou o mercado livre em prol de monopólios e oligopólios que formam cartéis e que controlam quase todos os sectores da economia. 10 multinacionais controlam 90% do mercado agroalimentar mundial e especulam com a alimentação. Em Portugal a distribuição faz o mesmo, controlada em mais de três quartos por apenas 5 grupos: Sonae (Continente), Jerónimo Martins (Pingo Doce), Schwarz (Lidl), Os Mosqueteiros (Intermarché) e DIA (Minipreço). São estes os capitalistas responsáveis pela nossa fome.

Para nós, trabalhadores, esta cartelização é cada vez mais óbvia quando o mesmo

produto de marca branca tem exactamente o mesmo preço (inflacionado) não importa a qual dos supermercados vamos. Mas não é de agora. Recentemente a Autoridade da Concorrência (AdC) descobriu que durante nada menos que 12 anos Continente, Pingo Doce, Auchan e Intermarché, em conjunto com a Super Bock, fixaram preços de bebidas; que durante 10 anos Continente, Pingo Doce, Auchan e E. Leclerc em conjunto com a Unilever fixaram preços de alimentos e de produtos de higiene; e que durante 7 anos Continente, Pingo Doce e Auchan em conjunto com a Beiersdorf fixaram o preço de produtos para a casa e de higiene. E garantidamente esta é apenas a ponta do iceberg. Mas pouco lhes importa que sejam descobertos. Não só os lucros que fazem com a concertação de preços compensariam as coimas impostas pela AdC como na realidade nunca chegam a ser pagas pois supermercados e fornecedores, sem excepção, recorrem nos tribunais, arrastando os casos indefinidamente.

Mas porquê especular em particular com os produtos alimentares? Porque em produtos como vegetais ou peixes, sem nenhuma marca por trás a exigir que os preços se fixem num determinado patamar, podem aumentar as margens de lucros até onde julguem desejável. Nada os impede de vender, como fazem, por 1,20€ ao público um quilo

de batatas que foi comprado aos produtores a 0,20€. Um aumento de 500%! Assim se explica que a inflação na alimentação seja mais de 3 vezes superior à média, sendo inclusivamente o seu maior motor! Foi a especulação que permitiu aos dois maiores grupos, a Sonae e a Jerónimo Martins, terem respectivamente lucros de 342 e 590 milhões de euros o ano passado, um aumento de cerca de 28% para ambos. Fizem de Portugal o 3º país da zona euro onde os preços dos alimentos mais cresceram, ultrapassando os preços de Espanha e quase alcançando os de França. Que venham dizer que não especulam e que as suas margens de lucro são muito pequenas é que querem fazer-nos de parvos depois de nos fazerem passar fome!

O governo intervém... para garantir os lucros dos supermercados

A inflação dos alimentos junta-se à brutal crise da habitação e à inflação generalizada que está a garantir lucros milionários à burguesia. A classe trabalhadora está a ser esmagada pelo aumento do custo de vida e começa a protagonizar uma onda de greves a exigir aumentos salariais. Isto é inaceitável para sectores do capital financeiro internacional que estão em Portugal para se aproveitarem da mão-de-obra barata. Apercebendo-se que o sector da distribuição esta-

va a provocar uma situação potencialmente explosiva que colocava em cheque a paz social e a tranquila acumulação de capital, o governo viu-se obrigado a agir, revelando aquilo que é: uma comissão para administrar os negócios da classe dominante.

Mas não querendo ainda avançar com medidas que pudessem colocar em risco os lucros dos grandes supermercados, a única opção que tem — e que por isso mesmo foi usada também na habitação — é transferir-lhes enormes quantidades de dinheiro público na esperança que isso saçaie a sua sede por lucros. A 27 de Março o governo anunciava o acordo em que dá de bandeja 600 milhões de euros às patronais, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), em troca da “garantia” de que não iriam aumentar os preços.

Para não perder a face, o governo teve que incluir no acordo uma medida que parecesse melhorar a situação dos trabalhadores. Depois de António Costa e Fernando Medina passarem semanas a dizer, e com razão, que o IVA 0% não resolvia os preços elevados, tiveram de se desdizer, avançando com a medida para 44 produtos. Uma cedência à direita e às organizações patronais que a pediam. Sabem perfeitamente que esta medida não faz descer os preços, servindo apenas



¹ Muitos produtos aumentaram bem mais que 25%, chegando a duplicar o preço, como o arroz carolino, a couve-coração ou a polpa de tomate.

para que as grandes empresas consigam lucros ainda mais obscenos ao porem ao bolso a diferença que deixa de ir para os cofres públicos. Foi precisamente isso que aconteceu no Estado Espanhol: depois de se ter baixado o IVA de certos alimentos para 0%, os seus preços voltaram ao mesmo nível em apenas duas semanas. Anunciada com pompa e circunstância, pelas contas do próprio Medina a medida apenas permitirá poupar uns míseros 12€ num cabaz de 200€. 600 milhões para o patronato, migalhas para nós. Assim governa o PS para o grande capital.

Sem se atrever a tocar nos lucros, a única forma que o governo julga ter de manter os grandes supermercados em cheque em relação à sua “garantia” é a pressão da opinião pública. É verdade que foi assim que os conseguiu obrigar a sentar-se à mesa de negociações, usando a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para investigar a especulação e revelando publicamente numa conferência de imprensa margens médias de lucro de 50% em relação aos bens alimentares essenciais. E é assim que julga que as irá pressionar no futuro, pagando 283 mil euros a duas consultoras privadas para fiscalizar os preços dos alimentos. Mas não vai funcionar. Aliás, enquanto o acordo não entra em vigor, a 18 de abril, o Pingo Doce e outros supermercados já aumentaram os preços. Continuamos a precisar de comer e eles continuam a ser um cartel. Mais depressa nos deixam morrer à fome do que abdicam dos seus lucros se não fizermos uso da força da nossa classe para os impedir.

Só a nacionalização dos grandes supermercados pode garantir o fim da especulação

Como é óbvio este acordo não garante de forma alguma que os preços não aumentem, nem muito menos que baixem. Pelo contrário, os 600 milhões de euros do nosso dinheiro no seu bolso permite aos grandes supermercados concentrar ainda mais o seu controlo sob o sector com aquisições



de rivais mais pequenos² e de uma maior parte da cadeia de produção³, dando-lhes ainda mais poder para aumentar os preços.

À esquerda PCP e BE desmascaram o IVA 0% e pedem o controlo de preços. Mas partindo do princípio que o governo avançava com a medida — o que pode ter de acontecer como cedência à mobilização da classe trabalhadora em Portugal, tal como aconteceu em França devido ao inspirador levantamento revolucionário das massas — quem é que faz esse controlo? A ASAE, sob a alçada do Ministério da Economia, com 250 inspetores para investigar as milhares de lojas e grandes superfícies no país, cujo único poder que têm é instaurar processos-crime

2. Sonae, Lidl e Aldi já estão em negociações com o grupo Dia, de saída de Portugal, pela compra das 465 lojas ocupadas pelo Mini preço.

3. Nos últimos anos a Jerónimo Martins e a Sonae têm comprado dezenas de empresas do ramo agroalimentar e milhares de hectares, sendo as suas marcas próprias já responsáveis por 35% das vendas e por 750 milhões de euros de vendas, respectivamente.

que se perdem pelos corredores dos tribunais burgueses?⁴ Não, nem nenhum órgão do Estado burguês nem Bancos Alimentares podem resolver o problema. Não queremos caridade da burguesia, que só serve para perpetuar este sistema. Para transformar o sistema de modo a vivermos com dignidade só podemos contar com a força da nossa classe.

Um verdadeiro controlo dos preços só pode ser assegurado por nós, trabalhadores e trabalhadoras, que tudo produzimos e tudo fazemos, tomando nas nossas mãos toda a cadeia: produção, transporte e distribuição. É necessário nacionalizar toda a propriedade latifundiária e submetê-la ao controlo democrático dos trabalhadores agrícolas, garantindo não apenas boas condições de trabalho como produtos mais saudáveis e eco-

4. O próprio sindicato da ASAE admite que a ação da ASAE é “muito limitada”, “ficando-se unicamente pelas situações de especulação prevista num decreto de lei de 1984 e que isso não explica, não resolve e não pune (...)”.

logicamente sustentáveis.

É necessário nacionalizar igualmente as principais empresas de transporte de mercadorias e os cinco maiores grupos de distribuição sob gestão democrática dos seus trabalhadores que, organizados em comissões de trabalhadores e consumidores, façam o controlo dos preços, acabando com a especulação e garantindo uma diminuição efetiva do cabaz alimentar.

O sistema capitalista está a entrar numa nova crise financeira e condena-nos à miséria crescente. Avancemos para a revolução socialista e acabemos com a miséria!

É hora de expropriar a classe parasitária que nos condena à fome e à miséria!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!





Denúncias de assédio no CES de Coimbra: é preciso acabar com o machismo e falta de democracia no ensino!

Livres e Combativas

As denúncias de assédio sexual e moral de três ex-investigadoras do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que vieram a público na edição de 11 de abril do Diário de Notícias, voltaram a colocar na ordem do dia a violência machista e a falta de democracia no meio académico.

Um ano após a abertura de um suposto canal para denúncias por parte da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) — que, longe de acusar qualquer professor machista serviu para abrir um inquérito contra um professor denunciante — as acusações de assédio ao ex-diretor do CES não apanharam o meio académico conimbricense de surpresa. Ao longo dos anos foram vários os casos de assédio sexual e moral abafados, envolvendo Boaventura Sousa Santos e estudantes de doutoramento, em geral bolsistas estrangeiras.

O assédio e abuso de poder é banal no meio académico e na sociedade

Em quase todas as denúncias de assédio que chegam a público existe uma tônica que é comum: a impunidade de que gozam os professores catedráticos e investigadores principais. Com as suas carreiras académicas dependentes exclusivamente da vontade e poder de professores todo-poderosos, muitas estudantes — algumas que são hoje professoras e outras que foram forçadas a abandonar a academia — permaneceram caladas com medo das represálias.

Por um lado, a falta de democracia no meio académico, em que o poder se concentra em dois ou três professores, enquanto a grande maioria dos investigadores continuam entre-

gues a bolsas precárias e mal pagas, propicia este tipo de violência e abuso. Por outro lado, a lógica produtivista do sistema capitalista impele os centros de investigação a comportarem-se tal e qual como qualquer empresa capitalista que procura o lucro — neste caso o financiamento — a todo o custo e que produzem artigos em catadupa para maximizarem as suas hipóteses de continuar os projetos de investigação.

Mas perante o avanço internacional do movimento feminista e o início do fim deste silêncio sobre machistas e abusadores, também as instituições do Estado burguês tiveram que se adaptar. Não podendo abafar por completo as denúncias tentam controlar a narrativa através de canais internos de denúncias que servem dois propósitos: fingir que se preocupam e abafar as acusações para que os agressores saiam impunes, uma vez mais.

Por isso mesmo não deixa de ser de uma hipocrisia tremenda que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas venha a público pedir justiça “do a quem doer”. Os mesmos que nada fizeram sobre as denúncias na FDUL e sobre outros casos correm agora a ficar bem na fotografia perante o coro de indignação dos estudantes.

Também a direita e a extrema-direita, sempre prontas a culpabilizar a mulher pela forma como se veste e a defender os violadores, tenta cavalgar estas denúncias contra Boaventura Sousa Santos e o CES. Estes machistas hipócritas pretendem utilizar este caso para atacar a esquerda como um todo. Sobre esta tentativa de aproveitamento político nós, das Livres e Combativas, denunciamos bem alto estes misóginos, racistas e lgbtífóbicos que atacam dia-

riamente as mulheres da classe trabalhadora, negando-nos o acesso à saúde pública, despedindo mulheres grávidas e oprimindo as pessoas trans, não-binárias e não-brancas.

Mas queremos igualmente dizer que jamais a esquerda poderá tolerar machistas e agressores nas suas fileiras. Todos os casos devem ser denunciados. Qualquer tentativa de silenciamento das vítimas ou de encobrimento ou menorização de um caso de violência machista tem de ser igualmente combatido dentro da esquerda. O movimento feminista, o movimento dos trabalhadores e a esquerda em geral têm de estar na linha da frente na defesa dos direitos das mulheres, pessoas LGBTI e das minorias oprimidas. Por isso, recusamos por completo o argumento de que estas denúncias são “fazer o jogo da direita”. O que faz avançar a direita é uma esquerda fraca, cujos actos não correspondem ao discurso, e que se recusa a lutar com todas as forças contra este sistema machista e violento.

Só a luta organizada pode acabar com a violência machista

Não podemos esperar que sejam os próprios agressores ou os seus pares — quer seja na universidade, nos hospitais, na polícia, na igreja, etc. — a investigarem-se uns aos outros. Também as estruturas estatais não nos servem, uma vez que se apoiam precisamente nestas estruturas de poder para perpetuar a exploração de quem trabalha.

O que podemos então fazer para enfrentar os agressores? É preciso criar órgãos de gestão democrática dentro dos locais de estudo controlados pelos trabalhadores e estudantes.

Há que integrar imediatamente todos os bolsistas e quem tiver contratos precários nos quadros das instituições em que trabalham. É preciso acabar com a precariedade que fomenta os abusos de poder! É necessário dotar a Educação pública com um orçamento que faça face às reais necessidades do sector e que permita investir fortemente na requalificação das infraestruturas e dotar de recursos humanos e tecnológicos cada local de ensino.

Só com as necessidades básicas supridas e com a participação real e democrática na vida e no rumo das escolas e universidades, ou seja, com um ensino plenamente público, gratuito e controlado democraticamente por estudantes e trabalhadores, é que poderemos erradicar o assédio e a violência machista. Não se trata apenas de corrigir ou castigar indivíduos, mas de acabar por completo com as condições que agora existem para os abusos por parte das administrações e das suas camarilhas.

Tudo isto só será possível com um movimento estudantil forte, combativo e anticapitalista que rejeite os ditames de um ensino opressivo, que rejeite uma visão produtivista da ciência e que rejeite e erradique a mais pequena réstia de opressão dos locais de ensino e da sociedade em geral. Exigimos nada menos que um mundo sem opressão e sem exploração!

Junta-te às Livres e Combativas para lutar por esse mundo!



“Estou convencida de que o objetivo mais importante do meu trabalho e da minha vida, independentemente das tarefas que desempenhar no futuro, continuará a ser a emancipação das mulheres trabalhadoras e a criação das bases para uma nova moral” – Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada

Pela primeira vez em Portugal editamos uma colectânea de textos de Alexandra Kollontai, para conseguir armar todas as mulheres e jovens da nossa classe com as ferramentas necessárias para derrubar este sistema que nos oprime.

Junta-te a nós, dia 6 de Maio na Casa do Brasil em Lisboa para discutir a obra de Alexandra Kollontai e ajudar a construir a vanguarda revolucionária de trabalhadoras e estudantes organizadas!

França: Conselho Constitucional desencadeia indignação popular

Abaixo Macron!

Antonio García Sinde
Comissão Executiva da *Izquierda
Revolucionaria* (Estado espanhol)

Na passada sexta-feira, 14 de abril, o Conselho Constitucional de França (equivalente ao Tribunal Constitucional) deu luz verde à reforma das pensões e, poucas horas depois, na madrugada de sábado, o Presidente Macron apressou-se a promulgá-la para que entre em vigor a 1 de setembro.

Esta decisão era tão previsível que nem mesmo os sindicatos mais abertos à negociação com o Governo mantinham qualquer esperança de que, através de procedimentos institucionais, houvesse alguma forma de impedir a entrada em vigor desta impopular reforma.

Perante um desafio como o que coloca o histórico levantamento dos trabalhadores, a burguesia francesa descartou completamente a opção de fazer concessões. Têm plena consciência de que qualquer passo atrás da sua parte seria visto como uma grande vitória dos trabalhadores que daria um importante impulso à luta.

As perspetivas para o capitalismo mundial não são otimistas e a França, que está a ser gradualmente expulsa das suas antigas colónias em África, enfrenta um período de declínio acelerado. As recentes declarações de Macron, após a sua viagem à China, para que a União Europeia se distancie da influência dos Estados Unidos, são uma tentativa patética de recuperar um papel de grande potência que a França perdeu para sempre.

Há muito que o capitalismo francês não está disposto a fazer concessões à classe trabalhadora. Manter os seus extraordinários ní-

veis de lucros – não esqueçamos que o homem e a mulher mais ricos do mundo são franceses – exige atacar violentamente as condições de vida dos assalariados e todo o aparelho de Estado francês se mobilizou para o conseguir, desde as forças de segurança, que desencadearam uma repressão de uma brutalidade desconhecida nas últimas décadas, aos representantes do Conselho Constitucional, que cerraram fileiras em defesa da classe capitalista que representam.

Fortalecer a mobilização para derrubar Macron e seu governo

Os sindicatos franceses reagiram à decisão do órgão máximo da República anunciando que as greves e manifestações vão continuar. Como já explicámos, a experiência da luta de 2016 contra a reforma trabalhista de Hollande foi assimilada pelo movimento. Naquela ocasião, a aprovação da reforma por decreto, como Macron fez agora, foi seguida de um recuo dos dirigentes sindicais para o terreno judicial que, como esperado, foi completamente infrutífero.

Quase sete anos depois, a classe trabalhadora e a juventude em França desafiam abertamente o Estado burguês, a quem não reconhecem qualquer legitimidade para cortar os seus direitos e conquistas sociais. Se os dirigentes de todos os sindicatos chegaram até aqui, não foi por convicção ou vontade de abrir uma crise revolucionária. É por causa do impulso imparável das bases, por causa da multiplicação de iniciativas de baixo para ampliar e fortalecer greves e mobilizações. O recente congresso da CGT encerrou com a vitória do aparelho e a eleição de uma direção aberta ao diálogo e ao acordo social, que deixou de fora os representantes da ala esquerda do sindicato, a corrente Uni-

té CGT. Mas essa vitória tem sido de pouca utilidade para a burocracia sindical, que não tem escolha a não ser colocar-se à frente de um movimento que há semanas escapa ao seu controlo.

Este desafio da classe trabalhadora é claramente reforçado pela posição combativa da France Insoumise. O seu líder, Jean-Luc Mélenchon, e os deputados e cargos eleitos da France Insoumise estiveram na linha da frente das manifestações e piquetes e sofreram em primeira mão a dureza da violência policial. Todos os consensos políticos tácitos estabelecidos em França pelas principais forças políticas, de direita e de esquerda, começam a transbordar fruto desta revolta.

É isto o que explica que a burguesia esteja a mobilizar todos os meios à sua disposição para intimidar e, se possível, destruir Mélenchon. O Ministério Público francês abriu uma investigação contra este, e a ala mais à direita da coligação NUPES, liderada pelo PS e PCF, tenta minar a sua autoridade a partir das suas próprias fileiras, tendo o secretário-geral dos comunistas franceses, Fabien Roussel, como principal aríete.

Mas a campanha de descrédito de Mélenchon tem tanta força que ultrapassou as fronteiras de França. No sábado, 15 de abril, o jornal *El País* publicou uma delirante coluna de opinião na qual, apesar de reconhecer que a extrema-direita de Marine Le Pen não consegue sequer aproximar-se das manifestações, se conclui que é a sua formação política, o *Rassemblement National*, que beneficiaria dos protestos, porque, supostamente, os mesmos cidadãos franceses que rejeitam esmagadoramente a reforma do sistema de pensões não se identificam com os “radicalismos” da France Insoumise, mas pelo contrário vêm com agrado os “bem vestidos” deputados neofascistas.

A realidade é exatamente a oposta. O que o colunista do *El País* descreve como “radicalismos” nada mais é do que a decisão da France Insoumise de denunciar publicamente a farsa parlamentar, dando razão ao que nós, marxistas, sempre apontámos: que sob o Estado capitalista a chamada democracia nada mais é do que um artifício formal para tentar mascarar a verdadeira ditadura exercida com mão de ferro pelo capital financeiro. A France Insoumise, apoiando a continuação da mobilização apesar da legalidade burguesa ter sido rigorosamente aplicada, questiona de facto os preconceitos estabelecidos sobre a democracia. Tudo isto ajuda a que os setores mais avançados da classe trabalhadora e da juventude se aproximem de conclusões revolucionárias.

Neste momento, é hora de dar o golpe decisivo na presidência de Macron, convocando uma greve geral por tempo indeterminado que faça com que o presidente e o seu governo caiam. O primeiro passo para isso deve ser a constituição de comités de ação em todas as empresas e centros educativos, que organizem todas as tarefas da greve e direcionem a ocupação dos locais de trabalho e estudo, colocando-os sob o controlo da classe trabalhadora e da juventude.

Unité CGT e France Insoumise têm em mãos uma grande responsabilidade. A batalha pelas pensões tornou-se numa batalha contra o capital financeiro e o seu sistema de dominação. Para vencer esta batalha é essencial um programa e um plano de luta que coloquem na ordem do dia a expropriação do capital financeiro e dos monopólios que hoje mandam em França. Perante um capitalismo irreformável a única alternativa é a revolução socialista e hoje é a classe trabalhadora e a juventude em França quem pode abrir uma brecha que muito em breve se prolongaria por todo o mundo.

